

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO MOSAICO DE UNIDADES DE**
2 **CONSERVAÇÃO DO JACUPIRANGA**, realizada no auditório da Câmara Municipal de Cajati,
3 localizada na Rua Josefa Domingues, número cento e trinta e um, no município de Cajati, São
4 Paulo, onde estiveram presentes, pelos **Órgãos públicos**: Edson Montilha de Oliveira (T),
5 Donizetti Borges Barbosa (S), Mário José Nunes de Souza (T), Tiago Leite Vecki (S), Nathalia
6 Balloni Avila Peralta (T) e Domingos Aparecido de Oliveira (S), representando a Fundação para a
7 Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – FF; Isadora Le Senechal Parada
8 (T), representando o Gabinete da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA; Ocimar
9 Jose Baptista Bim (T) e Marcos Buhner Campolim (S), representando o Instituto Florestal – IF;
10 João Antônio de Moraes Neto (T), representando a Prefeitura Municipal de Barra do Turvo;
11 Kaique Christo Martinelli Lopes (S), representando a Prefeitura Municipal de Jacupiranga; Antônio
12 Eduardo Sodrzejiski (T); representando a Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
13 – CDR/SAA. Pelo segmento da **Sociedade Civil – Populações Tradicionais**, representando os
14 conselhos das unidades de conservação: Anizio Padilha (T), representando a APA Planalto do
15 Turvo e APA Rio Vermelho e Rio Pardinho; Maria Antonia Coutinho (S), representando a APA
16 Cajati; Nilce de Ponte Pereira (T), representando a RDS Quilombos de Barra do Turvo; Querino
17 Ermes Coelho (T), representando a RESEX Ilha do Tumba; Carlos França (S), representando a
18 RDS Itapanhapima; Marina Andrade de Souza (T), representando o Parque Estadual do Rio
19 Turvo-PERT; Leonardo Pinto da Cunha Neto (S), representando o Parque Estadual Caverna do
20 Diabo-PECD. Pelo segmento de **Ensino e Pesquisa no Mosaico**: Sueli Angelo Furlan (T),
21 representando a Universidade de São Paulo. Pelo segmento de **Ecoturismo no Mosaico**: Ivo
22 Santos Rosa (T), representando os Monitores Ambientais de Eldorado – AMAMEL; Lucas Alves
23 Barreto (T), representando a Colônia dos Pescadores/Colônia Z9. Pelo segmento
24 **Socioambientalista**: Raquel Pasinato (T), representando o Instituto Socioambiental; Henrique
25 Chupil (T), representando o Instituto de Pesquisas de Cananéia – IpeC; Marcos Rogério Diniz (S),
26 representando o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Cidadania Vale do Ribeira – IDESC.
27 A reunião deu início às 10h20min com Tiago Vecki, Gestor do Parque Estadual do Rio Turvo,
28 pedindo a palavra, dando os cumprimentos a todos e agradecendo pela presença. Convida para
29 compor a mesa o vereador e presidente da câmara municipal de Cajati, Geraldo de Oliveira, o
30 Prefeito Municipal da Barra do Turvo Dr. Jefferson, representando o Prefeito do Município de
31 Cajati, o Secretário do Desenvolvimento Econômico, Joaquim Severo, pela Fundação Florestal, o
32 diretor executivo Rodrigo Levkovicz (DE/FF) e o Diretor Adjunto do Vale do Ribeira e Litoral Sul
33 (DLS) Danilo Amorim. Agradece às comunidades, prefeituras e vereadores presente, lembra do
34 marco importante que será abertura dessa reunião extraordinária do Conselho do MOJAC, cita
35 que esta reunião formaliza o inicio dos trabalhos dos Planos de Manejo das Unidades de
36 Conservação do MOJAC, sob a coordenação do Núcleo Planos de Manejo da Fundação Florestal
37 – coordenadora Fernanda Lemes, e passa a palavra ao Vereador Geraldo, que agradece e
38 lembra da força que está sendo unida para a execução do plano de manejo. Passada a palavra
39 ao Prefeito da Barra do Turvo, que diz que possui interesse e está de portas abertas ao projeto,
40 agradece a todos. Passada a palavra ao Sr. Joaquim, que agradece a todos, à Fundação
41 Florestal e que deseja que os trabalhos sejam realizados com muito sucesso. Rodrigo (DE/FF)
42 toma a palavra, agradece a todos, fala sobre a importância para o Plano de Manejo sobre o dia
43 de hoje e este acontecimento, ressalta o valor do plano feito em coletivo, que o conselho gestor é
44 essencial para o desenvolvimento do Plano de Manejo, lembra da redefinição dos limites e da lei
45 existente que permite isso, fala do valor de interesse de casar a questão da biodiversidade com
46 produção de renda e que isso deverá sim ser feito em conjunto, que o diálogo será feito e que
47 conta com a ajuda de todos. Danilo Amorim (DLS) toma a palavra, agradece e menciona que hoje
48 será uma data histórica assim como já mencionado na primeira reunião que houve para dar inicio

49 ao Plano de Manejo, menciona o comitê e agradece a todos pela força. A pedido do presidente da
50 câmara é convidado o Dr. Fogaça (presidente da APRUCVAR) para a palavra, que agradece a
51 Fundação Florestal, lembra da questão da moradia em Unidades de Conservação, parabeniza a
52 todos pelo evento. A comunidade questiona o convite e pergunta se a comunidade não vai falar.
53 Tiago convida os gestores e voltam a questionar que o gestor representa o Estado, Rodrigo
54 (DE/FF) toma a palavra e ressalta que é importante ouvir desde o grande empresário até o
55 pequeno agricultor e que é imprescindível abrir a palavra para representantes que façam a fala do
56 setor/segmento/comunidade. Querino Coelho, representante do bairro Ariri, do município de
57 Cananeia, toma a palavra e lembra que o Mosaico só existe por conta do morador tradicional,
58 pede para que seja lembrado e avisado antecipadamente referente às reuniões; fala da questão
59 da dificuldade do morador tradicional em se deslocar para comparecer às reuniões. Tiago lembra
60 sobre a necessidade de considerar o tempo de deslocamento e a distância que as pessoas
61 precisam, tanto para ir a reunião quanto para o para seu retorno. Nilce toma a palavra, agradece
62 e dá bom dia a todos, lembra que pediu a palavra porque quem tem que dar a palavra
63 representando à comunidade são eles mesmos, “quem fala por quilombola é quilombola mesmo”,
64 ressalta a questão do espaço de discussão, escolhas, “quilombola fala e defende seu espaço”, diz
65 que quando é demandada a palavra existe um consenso, mas quando não há, é necessário
66 respeitar. João Prestes representando a comunidade dos Pinheirinhos toma a palavra e questiona
67 a questão do povo tradicional que está fora da RDS e que essa RDS é a menor de todas, que
68 carece de ter “olho firme” para que essa comunidade seja atendida. Dona Marina representando
69 os moradores no interior do PERT, agradece, dá um bom dia coletivo, pede que o povo
70 permaneça, que seja revisto o limite da unidade, mas que quer que a unidade permaneça e que
71 acha importante que ela exista para a fauna. Representante dos moradores do PECD (Distrito
72 Barra do Braço – Eldorado) fala de proprietários rurais, bananeiros que precisaram parar os
73 serviços, questiona sobre caçador que está dentro do parque e que não se pode questionar,
74 agradece o Deputado Alexandre Leite, Dr. Fogaça e agradece à Fundação Florestal. Tiago toma
75 a palavra, agradece os conselheiros e convida Fernanda Lemes - coordenadora do Núcleo
76 Planos de Manejo da Fundação Florestal, que falará sobre como funcionará o processo de
77 elaboração dos planos de manejo das UCs do MOJAC e apresentará o cronograma. Fernanda se
78 apresenta, agradece, relembra o quão importante e essencial é a presença de todos, fala que
79 serão elaborados planos de manejo para as 14 unidades de conservação e dá início à
80 apresentação. Expõe a estrutura da apresentação, destacando quais serão os conteúdos
81 discutidos nesta reunião: (i) Unidades de Conservação do Estado de São Paulo; (ii) Comitê de
82 Integração dos Planos de Manejo; (iii) Roteiro Metodológico; (iv) Síntese das Unidades de
83 Conservação da Fundação Florestal; (v) Planejamento dos 14 planos de manejo do MOJAC e;
84 na sequência, inicia o primeiro item da apresentação, na qual destaca a quantidade de UCs
85 existentes no Estado de São Paulo, apontando os desafios, dentre eles, prazos longos para
86 elaboração dos planos, sem padronização e a subutilização da equipe do próprio Sistema
87 Ambiental inserção do sistema de desenvolvimento dentro do Sistema Ambiental Paulista,
88 minimizando os custos com a terceirização de serviços. Na sequência, inicia o segundo item,
89 destacando os objetivos e atribuições do Comitê de Integração dos Planos de Manejo, instituídos
90 por meio de Resolução SMA 93/2016, substituído por Resolução SMA 95/2017. Aponta a
91 praticidade e a integração dos diversos técnicos e pesquisadores, por meio do comitê de
92 integração dos planos de manejo. Explica a composição do Comitê destacando quais são as
93 instituições que compõe os grupos técnicos, suas responsabilidades/atribuições no processo de
94 elaboração dos planos de manejo, além de destacar os conselhos das UCs e os demais atores e
95 setores envolvidos. Destaca ainda os principais resultados deste Comitê no 1º semestre de 2019.
96 Na sequência, inicia o terceiro item da apresentação, destacando que o Roteiro Metodológico é o

97 principal documento orientador dos planos de manejo das UCs paulistas e que será aprimorado a
98 cada Plano de Manejo finalizado. No caso das unidades de conservação do MOJAC – categorias
99 de uso sustentável não trabalhadas até o momento (RESEX e RDS), o roteiro metodológico
100 observará as especificidades das UCs do MOJAC e, portanto, será publicado uma nova versão
101 desse roteiro incorporando essas especificidades. Destaca a importância da padronização das
102 tipologias de zonas, áreas e programas, enfatizando que esse procedimento facilita o trabalho
103 técnico e dá maior celeridade no processo de elaboração, otimizando tempo e energia das
104 equipes que conseguem concentrar os esforços no que é mais necessário em cada plano. Na
105 sequência, apresenta as Etapas de elaboração dos planos de manejo, destaca a etapa 1,
106 enfatizando que o principal produto desta etapa é o plano de trabalho e que será construído de
107 forma participativa na Oficina de Planejamento. Foi destacado que, os limites das unidades de
108 conservação (segundo a lei MOJAC) será trabalhado durante o processo participativo do plano de
109 manejo, no entanto, os encaminhamentos fundiários se darão ao final do processo de elaboração
110 dos planos em processo administrativo específico. Explica o processo de participação social,
111 destaca as oficinas participativas e as reuniões setoriais. Enfatiza a importância das reuniões
112 setoriais que são imprescindíveis para que grupos específicos possam discutir e esclarecer
113 dúvidas de forma minuciosa, enfatizando as especificidades e demandas locais que são de
114 interesse daquele grupo. Apresenta quais são os canais para coleta de contribuições,
115 destacando: (i) remotamente, por meio do portal digital dos planos de manejo; (ii)
116 presencialmente, por meio das oficinas e reuniões setoriais; (iii) por meio do gestor da UC; (iv) por
117 meio dos representantes dos conselhos consultivos e deliberativo, destacando a importância
118 desses atores na mobilização no processo participativo dos planos de manejo. Inicia o quarto item
119 da apresentação, na qual destaca a estrutura organizacional da Fundação Florestal sobre o tema,
120 por meio do histórico do Núcleo de Plano de Manejo - NPM, enfatizando a importância de uma
121 equipe, estrutura e capacitada para o tema, relacionando os melhores resultados (planos de
122 manejo aprovados) com a existência: do Núcleo Planos de Manejo, integrados com a equipe do
123 Sistema Ambiental Paulista; do Comitê de Integração dos Planos de Manejo e; do Roteiro
124 Metodológico que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração dos planos de manejo.
125 Finaliza com a apresentação do quadro do status dos planos de manejo da Fundação Florestal.
126 Inicia o quinto item da apresentação, destacando neste momento, a estrutura do planejamento
127 dos planos de manejo do MOJAC. Inicialmente, enfatiza que a área de abrangência dos estudos
128 levou em consideração o território das 14 unidades de conservação do MOJAC, além de 5km do
129 mosaico (conforme disposto na lei - MOJAC). Destacou que, utilizaremos o roteiro metodológico
130 (aprovado em 2018) para as unidades de conservação do grupo de proteção integral – categoria
131 Parque Estadual e, no caso das unidades de uso sustentável (APAs – domínio público; RESEX e
132 RDS) serão realizadas adaptações para atender as necessidades dessas categorias de UCs. Foi
133 enfatizado que, no caso das RESEX e RDS o roteiro metodológico será elaborado a partir dos
134 resultados desses planos de manejo, consolidando assim, uma versão de roteiro revisada a luz
135 das especificidades das RESEX e RDS. Relembra quais foram as categorias trabalhadas no atual
136 roteiro e em quais não. Apresenta a setorização do território do MOJAC e quais foram os critérios
137 para organizar o território em setores (Setor Sul, Centro e Norte). Foi apresentado, por setor: (i)
138 quantidade de categorias/unidades de conservação e entorno; (ii) número de municípios
139 abrangidos. Aponta quais serão as estratégias de organização/planejamento dos trabalhos, de
140 modo a facilitar a logística e o desenvolvimento de cada Plano pela equipe. Apresenta o
141 cronograma dos trabalhos, destacando: (i) número de unidades de conservação por fase de
142 execução; (ii) tempo de execução por setor. Foi destacado que se optou por setorizar o território,
143 no entanto, observa-se que várias atividades serão realizadas simultaneamente, garantindo assim
144 otimização das equipes. Destaca que, participarão aproximadamente setenta e sete técnicos e

145 pesquisadores, além dos conselhos consultivos e deliberativos e diversos atores e comunidades
146 locais. Ressalta que, no caso do MOJAC, face as especificidades, foram contratados estudos
147 complementares que, em razão da ausência de estrutura interna do Sistema Ambiental para
148 coleta desses dados. Após apresentar a estrutura geral do planejamento dos 14 planos, destacou
149 que iniciaremos pelo Setor Sul e apresentou a agenda de trabalho para esse setor Sul, indicando
150 as datas das próximas oficinas (planejamento). O participante (João) pediu a palavra e
151 questionou o porquê foi determinado a sequência e escolha do Sul primeiro, Fernanda explica
152 que foi por questões logísticas, em comum acordo com técnicos, pesquisadores e gestores das
153 unidades de conservação que apontaram a conveniência da setorização e quais unidades
154 próximas são mais exequíveis. João contextualiza que existe uma preocupação na demora para
155 que o plano alcance certos setores, onde o Ministério Público (MP) poderá tomar iniciativas que
156 irá prejudicar os moradores e pequenos agricultores antes que o plano aconteça. Fernanda
157 contextualiza que o território foi setorizado para facilitar a condução dos trabalhos, no entanto,
158 observa-se que diversas atividades e, portanto, diversos planos serão elaborados de forma
159 simultânea. O Diretor Executivo da Fundação Florestal Rodrigo (DE/FF) toma a palavra e explica
160 que o MP é uma instituição independente e autônoma e que a Fundação Florestal e a Secretaria
161 de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) respeitam essa condição constitucional. Em relação ao
162 plano de manejo, cumpre lembrar, que serão apontadas as áreas para a retificação de limites,
163 nos termos do artigo 15 da Lei Estadual nº 12.810/08. Áreas ricas em biodiversidade serão
164 mantidas como Unidades de Conservação e serão indicadas para a exclusão, áreas de borda
165 com ocupação humana ou com produção agrícola consolidada. Aponta que precisa do apoio em
166 coletivo para isso e que não existe preferência de setor, todos são importantes em igualdade e
167 que os problemas dos setores são os mesmos e que o interesse da FF é solucionar e atender a
168 todos. Participante Valter Crudo pede a palavra e aponta que mora num setor onde o MP proibiu,
169 que está no local desde 1976, gostaria de saber como será essa questão e como fica essa
170 independência citada dos órgãos e como lidam com isso. A Participante Mônica (advogada da
171 APRUCVAR) pede que o registro dessa reunião seja disponibilizado para que possam ter
172 acessos e solicita que existe um Termo de Compromisso para que garanta que o morador possa
173 permanecer até que o plano seja executado. O participante Beber pede a palavra e discorda do
174 Rodrigo (DE/FF) com relação aos setores separados, aponta que uma gestora o levou ao MP
175 para apontar que ele estava locado em uma área de Parque. Diz que precisa de um documento e
176 que isso é sim, algo que a Fundação também precisa arcar, fala sobre seus 300 funcionários,
177 sobre a miséria que Eldorado sofre com a falta de emprego. Fernanda pede a palavra, responde
178 à questão da participante Mônica destacando que todo material apresentado constará no portal,
179 além da possibilidade de acesso pelos gestores das UCs. Ocimar Bim, participante do Instituto
180 Florestal pede a palavra, fala das famílias cadastradas e aponta as questões positivas que não
181 podem ser esquecidas, os processos positivos, saneamento, autorização de roça, lembra do
182 pessoal da Barra do Turvo que vivia sem energia elétrica e hoje, alguns receberam energia e
183 outros não, fala das estradas e acessos que foram permitidos. O pesquisador chama a atenção
184 de que precisa ser apontada a quantidade real de quantos agricultores, quantos moradores, estão
185 nas unidades de conservação de forma que o plano de manejo funcione, quantificando o
186 problema para que seja avaliado e sanado. Complementa que devemos “valorizar as coisas boas,
187 e as coisas ruins, temos que enfrentar”. Uma participante pede a palavra e informa que recebeu
188 pedido de despejo em até 60 dias, questiona a mesa sobre como isso será resolvido. Rodrigo
189 (DE/FF) solicita que eles compreendam e entendam que o plano de manejo ajudará, mas que
190 situações individuais terão que ser conversadas individualmente, e que a Fundação Florestal não
191 possui a competência de sugerir ao MP o que pode ou não fazer, mas dentro da lei serão
192 tomadas providências de forma a colaborar com o Mosaico como todo, logo aos moradores

193 também. Um outro participante toma a palavra, e diz que dá maior preocupação a questão da
194 promotoria. O mesmo nutria a esperança de que houvesse um meio nessa reunião para tomar
195 uma atitude com a fundação para resolver essa situação. O Prefeito da barra do Turvo, Dr.
196 Jefferson, destaca que o maior problema não seria a Fundação Florestal, mas o MP e sugere
197 convidar o MP para comparecer às reuniões. Um outro participante pede que os problemas
198 deveriam ser passados pelo conselho para depois ser encaminhado a promotoria. Representante
199 do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajati, Adilson Vieira, pergunta pelos prefeitos, se o
200 MP foi convidado e a resposta é não, mas que pelo pedido dos participantes na reunião de hoje,
201 para as próximas reuniões o MP será convidado. O morador também convida para conhecer a
202 área para que vejamos pessoalmente a situação e problemas da UC. Um participante, de
203 Eldorado, reclama do fato de não ter ocorrido consulta publica para a criação das UCs. Sugere-se
204 a criação de um parque do Vale do Ribeira, para melhorar o manejo da área, que tem sofrido
205 nesse quesito. Um dos Quilombos por meio de sua representante aponta a necessidade de levar
206 em consideração as legislações específicas que regulamentam a presença das comunidades nos
207 territórios, legislação esta que garante o respeito às necessidades das comunidades, mas não
208 costuma ser seguida. Complementa ainda que é importante esclarecer a questão da
209 regularização fundiária, reforça a falta de clareza acaba dividindo os grupos que deveriam estar
210 em uma luta única. Rodrigo (DE/FF) responde que é importante que as comunidades tragam
211 essas demandas para a Fundação, pois ajuda a incorporar as questões ao plano de manejo.
212 Danilo discorre sobre o uso da floresta, melhora do uso das áreas florestadas e que as
213 populações locais sabem como lidar com a floresta, pelo aprendizado de gerações, como
214 agricultura e processamento, sendo o objetivo de todos respeitar a sociedade com o território. Ele
215 lembra das matérias resultantes dos trabalhos das comunidades e o desejo por produção de
216 acordos, inclusive sobre a possibilidade de agroflorestas, como uma garantia de uso. Também
217 destaca o desejo de implantação da legislação para os agricultores, pensada para eles. Adimilson
218 da Barra do Turvo, lembra sobre o afunilamento da lei do MOJAC, e acredita que precisa, para
219 sair satisfeito, estabelecer acordos, como a necessidade de falar com o ministério publico,
220 organizando reuniões para resolver os conflitos, e propõe a criação de um grupo. Umas das
221 moradoras de Cananeia, do Bairro do Mandira, fala que o terreno comprado, pago e que o MP
222 pediu que ela comparecesse à sede no município de Registro e cobrou 4000 reais, após conversa
223 caiu o valor, mas que ela deveria retirar todas as plantações, sendo que ela pagou todas as
224 contas e que em um dia fora eles invadiram e bagunçaram a casa dela, algo corrente na
225 Comunidade do Mandira, da qual ela não pertence, mas compartilha o caso e gostaria de poder
226 continuar em suas terras, trabalhando nelas. Adilson Vieira diz acompanhar e atuar na construção
227 deste processo e revela duvida sobre a regulamentação para produção nas terras, dizendo que
228 existe fragilidade na estrutura do estado, diz que não há segurança pela mudança rápida nos
229 representantes dos órgãos, para que o presidente e o governador saibam da situação, pois os
230 prefeitos viraram as costas para as questões do povo nas UCs. Pede-se que se estabeleça um
231 projeto em que todos ganham, sendo que todas as mais de 20 oficinas foram “pelo ralo”,
232 devendo-se dar as responsabilidades para as devidas pessoas para a finalização do plano, diz
233 que há ferramenta para a luta, interditando avenida se for preciso, pois não aguentam mais que
234 os trabalhos sejam empurrados pela barriga, espera-se que os trabalhos sejam realmente feitos,
235 pede-se resolução. O vereador Marco Antônio Melhado Garcia do município de Pedro de Toledo,
236 fala que é preciso trazer mais gente para a discussão, relembra a situação politica do pais, sendo
237 necessário união das partes inclusive convocando o MP, através do CODIVAR, sem a união não
238 será capaz de resolver, lutando pelo agricultor, que a falta de caminho dada a ele é a maior
239 dificuldade, sem certeza se poderá entrar em suas terras e plantar, sugere-se a construção de
240 uma agenda sobre o que pode ou não, pede-se proteção, inclusive para cidades fora do parque.

241 Lucas Coelho, morador tradicional do Ariri em Cananeia, 6ª geração, denuncia que já houve
242 invasão por pessoas de fora, dizendo que queriam ser tradicionais, dizendo que não há
243 moradores tradicionais no local, com vários funcionários, sendo pessoas com poder aquisitivo que
244 compraram a terra dos moradores antigos que estavam ali há várias gerações. Outro participante
245 Cacá (Antônio Carlos da Mota Ferreira) – Vice-Prefeito de Barra do Turvo pede a definição de
246 Povo tradicional, definição fornecida por Rodrigo, através de menção a existência de legislação,
247 lembrando que seria correspondente a no mínimo 3 gerações. Rodrigo (DE/FF) lembra que serão
248 trabalhadas comunidades consolidadas e buscara direito para todos, sem que uma condição
249 exclua a outra na realização do Plano. Representante da APA dos quilombos João Vitorino
250 Soares da Mota, lembra a mudança na discussão da reunião pedindo aumento de informações,
251 com maior necessidade de incluir o povo quilombola, lembrando a dificuldade na compreensão de
252 termos técnicos, sendo que mesmo acompanhando o histórico das reuniões, ele mesmo não é
253 capaz de compreender tudo, sendo os quilombolas algumas vezes desconsiderados, lembrando
254 as discussões que tem ocorrido sobre esse problema e seu agravamento, diz que o foco tem sido
255 em outras comunidades tradicionais, pedindo que diminua a discussão sobre o que é ou não
256 tradicional e que as pessoas se unam na discussão, lembrando de seus representantes políticos,
257 unir forças e respeitar os técnicos, diz que muita e processos tiram de letra, indo até Brasília se
258 for preciso, são os que pararam avenidas atrás de seus direitos e que a preocupação é a
259 mudança rápida de representantes, os quais não conhecem a causa e não sabem o necessário
260 sobre a área, pergunta se os 3% são o suficiente, pois acredita que não será suficiente nem para
261 as comunidades tradicionais. Lembra novamente sobre a necessidade de presença do MP e que
262 veio em busca de consolidação, e que o problema é político. Que estão abertos à conversa. Outro
263 participante ressalta que as comunidades estão fora dos 3% e Rodrigo (DE/FF) lembra que estão
264 havendo negociações sobre a questão, ele lembra que não existe plano sem os moradores sendo
265 importante um início do plano em paz para que não seja parada a produção do plano, realçando
266 que as comunidades são parceiras da Fundação na produção do plano. Rodrigo (DE/FF) lembra
267 que há a possibilidade de resolver vários problemas juntos, devendo haver trabalho em conjunto
268 para que o plano não deixe de existir. Morador do quilombo diz que todos querem e Rodrigo
269 (DE/FF) explica que não há plano sem que os moradores sejam parceiros, sem que venha deles
270 o desejo de realizar o plano e o morador diz que teme que os 2 anos e meio não sejam
271 suficientes, que todos estão preocupados com a possibilidade de o plano não ser realizado, que
272 todos querem, morador diz que a sua comunidade está aberta para a ida dos técnicos na área,
273 que o povo tem orgulho da região que tem de tudo e que as futuras gerações precisam da
274 natureza, mas que tem receio do plano, que se deve olhar para a população, que todos erram e
275 que tudo possa acontecer na melhor maneira possível, que hoje os quilombolas não tem direito a
276 terra, que não tem condição de pagar o seguro para manter sua identidade. Raquel Pasinato, do
277 conselho, reforça a necessidade de garantir a participação social, com transporte, alimentação.
278 Fala-se sobre a composição da resolução 189, sendo importante firmar as pontas com as
279 coordenadorias e que os conselhos vão fazer a parte dele para que o plano saia do papel, que
280 eles sabem que é um território de conflito, mas de resistência e vida. Lembra-se sobre a presença
281 da CFB no projeto do plano, atuando na construção sobre a biodiversidade. Lucas, presidente da
282 Colônia de Pescadores de Cananeia, lembra que o parque do Lagamar está ocupando uma
283 grande parte do manguezal, dificultando a vida dos pescadores tradicionais ao qual o mangue
284 tem grande importância para sobrevivência. Amilton, da comunidade do Marujá, de Cananeia,
285 lembra sobre os problemas que surgiram na realização dos outros planos, lembrando das APAs
286 Marinhas, e ressalta que é importante levantar as demandas e que o plano está apenas
287 começando ressaltando que haverá outros momentos e oportunidades, de se unir para chegar a
288 um acordo, reivindicando e apresentando os problemas e levando para as reuniões setoriais. Eriel

289 do ICMBio, pergunta à Fernanda se o NPM olha para a área considerando a Convenção 169 da
290 OIT (Organização Internacional do Trabalho). Rodrigo (DE/FF) diz que não se trabalha com
291 perspectiva de realocação de comunidades e que o objetivo é identificar as comunidades e
292 organizar as regulamentações, possivelmente, através dos programas de gestão e passa a
293 palavra à Fernanda, que diz que a elaboração e consolidação da concepção metodológica
294 (zoneamento e programas de gestão) será realizada em conjunto com todos envolvidos nas
295 oficinas e reuniões setoriais dos planos de manejo das UCs MOJAC e, portanto, não está
296 fechada. Rodrigo (DE/FF) lembra que está se trabalhando sobre a redefinição dos limites do
297 parque e que só não foi fechado pois estava se esperando o trabalho em conjunto com os
298 moradores e demais atores envolvidos que será nas oficinas e/ou reuniões setoriais. Morador
299 lembra sobre os problemas na região do Vale do Ribeira, pois as terras que as comunidades
300 teriam para produção de subsistência está no interior das UCs e eles não podem atuar na área.
301 Representante do prefeito de Iporanga, lembra ser solidário aos problemas, dizendo ser
302 realmente importante a participação das comunidades no processo, para dar voz as comunidades
303 e municípios, sendo uma oportunidade para fortalecer o vínculo. Participante diz que
304 independente de tudo, o plano vai sair e lembra que não aparece nenhum político na área e que a
305 ação não deve vir de político pois eles não sabem a importância do Vale do Ribeira. Carlos
306 França, da comunidade do Santa Maria, Cananeia, apresenta mapa existente em 1986 e fala
307 sobre lei de 1989 e diz não entender o motivo das comunidades não terem seus direitos, que eles
308 foram acompanhar as medições para a delimitação do mosaico, porém essas medidas não foram
309 consideradas na criação do mesmo, pois essas comunidades estão fora, com pessoas dizendo
310 que eles não são tradicionais, sendo que há a necessidade de espaço para o cultivo de
311 subsistência. Carlos completa sua fala dizendo que as áreas de manguezais incluídas no PE
312 Lagamar de Cananeia estão prejudicando a pesca local, principalmente na região do rio Capivarú.
313 Lucas, da colônia de Pescadores de Cananeia, reforça a fala de Carlos sobre a importância das
314 áreas de manguezais para a pesca no município, e que estas áreas devem ser retiradas do
315 Parque para que a pesca seja permitida. Lucas continua e fala sobre a necessidade de se
316 autorizar o uso de árvores caídas na região do parque, para evitar o corte de nativas, e que isto
317 pode ser feito com a apresentação de fotos da árvore para os conselhos, prática que pode ser
318 adotada pelos conselhos do parque e das RDS e RESEX. Segue-se a pauta e pede-se que a
319 discussão do logo seja encaminhada a próxima reunião: todos os conselheiros concordam e a
320 palavra é passada a Fernanda, que agradece, e diz que será um processo participativo e para
321 que os documentos sejam de compreensão de todos, que há uma agenda, um cronograma que
322 seja organizado com os moradores, revela a datas das próximas reuniões e que existe conteúdo
323 já para ser organizado e que as equipes já estarão coletando dados em campo junto com os
324 moradores. Fernanda agradece e passa para Rodrigo (DE/FF) que realça o caráter participativo
325 do plano e que o sistema ambiental está comprometido na realização do plano. Geraldo agradece
326 a presença de todos e diz que o órgão não precisa ser atacado, sendo este o maior parceiro do
327 povo, não podendo atuar sobre ações já em andamento, mas ajudando para que não existam
328 novos conflitos. Agradecimento a todos e fim da reunião.